

IX ENCONTRO DA ABCP

Cultura política e Democracia

Desenvolvimento democrático no Brasil: participação política em 1990 e em 2005

Código do trabalho: 5796970

Camila de Vasconcelos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

Desenvolvimento democrático no Brasil: participação política em 1990 e em 2005

Camila de Vasconcelos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo do trabalho:

A democracia brasileira tem sido marcada por apresentar um sistema institucional bem desenvolvido, mas com a presença da estrutura histórica patrimonialista tem produzido instabilidade política e falta de credibilidade das instituições democráticas perante os cidadãos. Neste sentido, pesquisas de opinião pública revelam uma crescente desconfiança da população com relação as instituições políticas e um desinteresse dos mesmos com a participação política. O objetivo deste trabalho é verificar se o perfil dos cidadãos, idade, classe social e escolaridade, tem influenciado de forma diferente sobre a confiança institucional e sobre a participação política dos cidadãos ao longo do período de democracia recente. Para alcançar este objetivo, utiliza-se a técnica análise de trajetória, como técnica de análise quantitativa. Os dados utilizados neste trabalho são provenientes de pesquisas tipo survey realizadas pelo World Value Survey, que medem a confiança dos brasileiros na democracia e nas suas instituições e a participação política dos mesmos nas dimensões convencionais. Neste sentido, este é um estudo de natureza comparativo-longitudinal, com dados referentes ao comportamento dos cidadãos brasileiros, no início do período democrático, em 1990, e num momento de amadurecimento democrático, em 2005. Espera-se verificar que após 15 anos de experiência democrática, o perfil dos cidadãos irá explicar melhor suas atitudes e comportamentos com relação as instituições políticas do que nos anos 1990.

Palavras-chave: Participação Política, Confiança, Democracia, Brasil.

I – Introdução

As democracias que surgem na América Latina, a partir da terceira onda de democratização têm adotado modelos que privilegiam a dimensão formal. As regras democráticas são desenhadas e aplicadas com base em uma perspectiva procedimental, e não por um modelo democrático mais amplo e que leve em conta os objetivos sociais e aprofundamento dos direitos civis, com práticas republicanas. Nesse cenário, pesquisas de opinião pública têm revelado elevados índices de desconfiança da população em relação à importância do regime democrático para o país. Ou seja, os cidadãos mostram insatisfação e tendem a não confiar nas instituições políticas, e isto colabora para que essa insatisfação produza uma preferência por regimes “mais eficientes”, formais, ou eleitorais.

No Brasil, pesquisas têm constatado, ainda, a permanência do patrimonialismo, clientelismo e coronelismo como práxis política comum das instituições políticas. Tal situação tende a gerar uma incongruência entre a cultura política da população e as organizações institucionais do regime estabelecido. Com base nessas características da cultura política no Brasil, as indagações que surgem para serem problematizadas são: A confiança dos cidadãos nas instituições democráticas influencia a sua participação política? O aprendizado dos cidadãos com a democracia possibilita o aumento da predisposição das pessoas para se envolver na política? Pode a democracia brasileira, ao longo do tempo, produzir uma cultura política participativa?

Dessa forma, o aumento da confiança das pessoas no regime institucional do país torna-se tema relevante aos estudos de cultura política, pois possibilita avaliar o grau de legitimidade do regime. Utilizando-se da variável tempo como elemento de controle, este estudo faz uma comparação entre dois períodos da democracia brasileira: 1990 e 2005. Os dados provem das pesquisas do World Values Survey. O critério da escolha desses períodos se dá com base no fato de que a constituinte da democracia brasileira data do ano de 1988, cuja primeira eleição direta foi em 1989, e a efusão e entusiasmo com a democracia alcança seu pico em 1990. Num segundo momento avaliam-se os dados do ano de 2005, tendo em vista que, passados 16 anos de consolidação institucional democrática, o aprendizado da população com relação às instituições e aos processos da democracia poderiam ter possibilitado a geração de valores democráticos.

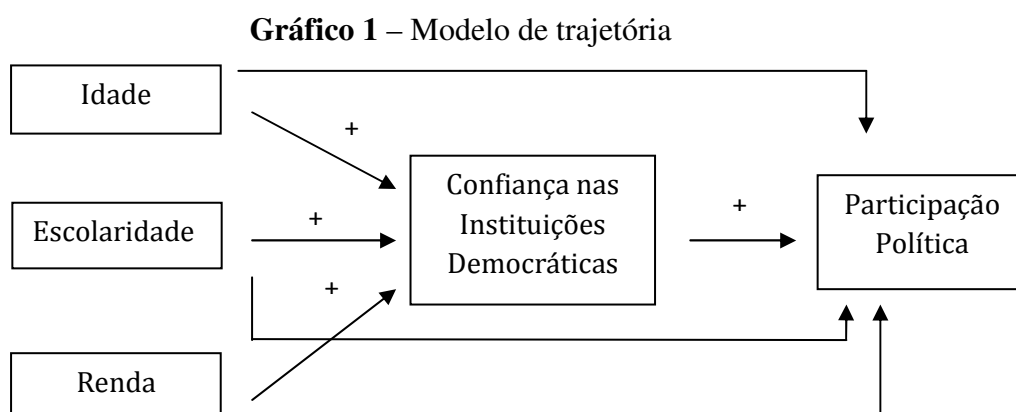
O objetivo central deste trabalho, portanto, é identificar se a confiança que a população brasileira tem em suas instituições políticas tende a fomentar a participação

política dos mesmos. Considera-se que outros fatores psicológicos e sociais podem também explicar o maior ou menor engajamento cívico da população.

A hipótese subjacente deste trabalho é de que com o desenvolvimento da democracia, nos últimos anos no Brasil, a participação política dos cidadãos, na busca por uma melhoria de vida, seria explicada pela confiança que os mesmos têm com as instituições. Isto significa uma correlação positiva entre a crença dos cidadãos nas instituições democráticas com a mobilização dos mesmos em prol do aprimoramento destas. Subjacente a esta hipótese, argumentamos que as práticas democráticas aumentam a motivação dos cidadãos em participar politicamente, ajudando no processo de aperfeiçoamento das instituições políticas. Ao mesmo tempo, espera-se identificar qual a influência da escolaridade na participação política das pessoas.

II – Metodologia: Análise de trajetória

As hipóteses deste trabalho foram organizadas a partir da técnica de análise quantitativa análise de trajetória (*path analysis*, em inglês) que é utilizada para aferir as relações diretas e indiretas entre as variáveis de um modelo proposto teoricamente (LLERAS, 2005). Sendo possível estabelecer um diálogo entre a teoria e os dados empíricos. A técnica se baseia em análises de regressão múltipla que são determinadas pelas relações entre as variáveis, expressas pelo desenho de um diagrama (*path diagram*). As conexões, que ocorrem numa direção determinada, perpassam diversos caminhos entre as variáveis para definir coeficientes de correlações (BRYMAN e CRAMER, 2005).



Fonte: Elaboração própria. Sinais (+) significam relações positivas.

Desta forma, as variáveis independentes, idade, escolaridade e classe social, são postuladas como influências diretas sobre a variável dependente Participação Política. As mesmas variáveis independentes têm influências indiretas sobre a Participação Política, neste caso estas passam pela relação com a Confiança nas Instituições Democráticas. Com a análise das correlações entre elas será possível verificar diferentes coeficientes que demonstrem a força dessas inter-relações, quanto maior a força da relação maior a causalidade de uma variável sobre a outra.

O modelo será testado duas vezes, e serão comparadas as inter-relações entre os anos de 1990 e 2005. Para isso os indicadores foram construídos utilizando o banco de dados disponibilizado pelas pesquisas do *World Values Survey* na onda de 1990 e 2005¹. Utilizou-se a técnica de Análise Fatorial confirmatória² para construção dos indicadores propostos no modelo. Uma vez que essa técnica permite o agrupamento de variáveis que refletissem os conceitos teóricos. A análise fatorial permite reduzir o número das variáveis em fatores correlacionados entre si, via técnica de *extração dos componentes principais*³ e técnica de *rotação varimax*⁴. Assim, através da Análise Fatorial, foram verificadas as proximidades entre as variáveis que medeiam a participação política convencional, a participação política não-convencional e a confiança institucional. Foram portanto construídos índices que variavam de 0 a 1, quanto mais perto de 0 menor o indicador, e quanto mais perto de 1 maior o indicador. Os conceitos utilizados nesse trabalho foram operacionalizados da seguinte forma:

¹ As pesquisas realizadas pelo World Values Survey caracterizam-se por serem coletadas por meio de ondas de aplicação, uma a cada 5 anos, em todos os países possíveis. Até a conclusão deste trabalho os dados da onda de 2010-2014 ainda não haviam sido divulgados ao público, o que não possibilitou a análise de dados mais recentes.

² A técnica de análise fatorial permite dentro das ciências sociais verificar de que forma uma variável ou um grupo de variáveis se comportam com relação a outras variáveis (FIELD, 2009). A análise fatorial pode ser de dois tipos, a análise fatorial exploratória, quando não se tem conhecimento prévio sobre a conexão das variáveis, e a análise fatorial confirmatória, utilizada neste trabalho, quando existe conhecimento teórico prévio que fundamenta a escolha das variáveis. A técnica operacionaliza as variáveis em fatores, ou variáveis latentes, que são representantes de conceitos sociais, econômicos ou psicológicos (FIELD, 2009).

³ Essa técnica é utilizada para verificar de que forma as variáveis compartilham sua variância umas com as outras (FIELD, 2009). Uma vez que o objetivo desta etapa foi o de encontrar as dimensões comuns dentro dos dados coletados, para elaborar os índices propostos, analisou-se as *comunalidades* entre algumas variáveis selecionadas, pois elas apresentaram a variância comum das variáveis (FIELD, 2009). A seleção dos fatores, ou a ponderação das variáveis, embora seja recomendado o critério de retirada da análise de variáveis que possuíssem valores abaixo de (.6) (PESTANA e GAGUEIRO, 2000, p. 399), optou-se por manter na rotação valores de até (.5), porque estes teriam peso teórico para os fatores. Nesse caso, reconhece-se que fatores inferiores ao ponderado pouco interferem sobre as análises, devido a sua baixa relevância na análise. As variáveis selecionadas nesta etapa e o processo realizado para cada um dos índices estão em anexo.

⁴ Essa técnica maximiza a dispersão das cargas fatoriais dentro de fatores, sendo essa rotação recomendada quando se pretende que os fatores aglutinados sejam independentes (FIELD, 2009). Possibilita, dessa forma, o aglutinamento de fatores em grupos, segundo a correlação existente entre eles. Neste caso, as cargas dos fatores a serem consideradas em cada grupo (*Component*) devem ser superiores a 0.4 (STEVENS, 1992).

Quadro 1 – Variáveis dos índices utilizados no Modelo

Conceito	Variáveis	Definições operacionais
1990		
Confiança Institucional	Confiança nos sindicatos, no parlamento (câmara de deputados e senado) e nos serviços civis	Confia totalmente Confia em parte Confia pouco Não confia ⁵
Participação política	Participação em boicotes, em manifestações pacíficas e em greves não oficiais ⁶ .	Já fiz, Não fiz, mas poderia fazer Não fiz, e não faria nunca ⁷
2005		
Confiança Institucional	Confiança na polícia, no judiciário, no governo, nos partidos políticos, no parlamento e nos serviços civis.	Confia totalmente Confia em parte Confia pouco Não confia ⁸
Participação política	Abaixo assinados, boicotes e participação em demonstrações públicas (pacíficas).	Já fiz, Não fiz, mas poderia fazer Não fiz, e não faria nunca ⁹

Fonte: Elaboração própria.

O modelo é testado nos dois períodos da análise longitudinal, 1990 e 2005, uma vez que se propõe a verificar as mudanças das correlações entre as variáveis nos dois períodos.

⁵ Categorias originais no questionário: *A great deal; Quite a lot; Not very much; None at all.*

⁶ Embora os dados sobre a confiança nas grandes empresas também tenham tido relação com este grupo, julgou-se que teoricamente este não se encaixava na categoria.

⁷ Categorias originais no questionário: *Have done; Might do; Would never do.*

⁸ Categorias originais no questionário: *A great deal; Quite a lot; Not very much; None at all.*

⁹ Categorias originais no questionário: *Have done; Might do; Would never do.*

II – Quadro teórico

Democracia

Existem diversos conceitos para definir democracia e, em virtude dos objetivos a serem alcançados neste trabalho, discutem-se apenas algumas destas dimensões conceituais. Nas últimas cinco décadas a democracia tem sido abordada de diferentes formas: democracia participativa por Pateman (1992), democracia deliberativa por Habermas (1994) e a democracia radical por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (1985). Neste trabalho, atentaremos para a democracia procedimental e as vertentes que defendem a consolidação da democracia substantiva na América Latina.

Neste sentido, um dos pontos mais importantes para a democracia diz respeito ao sufrágio universal no Brasil, o qual se regularizou na Constituição de 1988 e se materializou por ocasião das primeiras eleições brasileiras pós regime autoritário. Mundialmente, o sufrágio foi uma conquista de muitos anos e consolidou-se como uma das características mais importantes da democracia procedimental. De acordo com González (2000), o sufrágio contribuiu para a redução da participação política dos cidadãos em esferas menos institucionais. Isto porque, a representação por si só distanciava o indivíduo das práticas políticas locais. A democracia representativa, portanto, se baseia em eleições e partidos políticos, uma vez que estes são os responsáveis por incorporar os interesses de grupos divergentes.

Dessa forma, a democracia procedimental evocou nos modelos representativos o sistema da representação total dos cidadãos, bem como o processo de intermediação política de partidos políticos (HIRST, 1992). A democracia Shumpeteriana (1984), entende que a democracia não se pauta por uma teoria clássica, em que se propõe um ideal democrático, mas sim, por um conjunto de regras. Para que se cumpram estas regras, a proposição de Schumpeter é que todos os indivíduos tenham total conhecimento sobre os assuntos políticos. No entanto, seus principais críticos (GONZALEZ, 2000) argumentam que este nível de conhecimento para toda a população é inalcançável. As observações que o autor faz sobre a democracia são facilmente elencadas em uma lista e podem ser verificados empiricamente em qualquer sistema político.

Robert Dahl (1989), em seu livro *Um prefácio à Teoria da Democracia*, apresenta diversos conceitos a respeito de diferentes tipos de democracia, embora, defenda que a melhor seja uma que garanta que grupos de interesses tenham suas vontades garantidas por um conjunto de regras cujas preferências sejam identificadas através de votação.

Entretanto, Putnam (1996), em uma perspectiva diferente dos autores acima citados, entende que a democracia proporciona o bem-estar sócio econômico dos cidadãos. O referido autor vai além, ao defender a hipótese de que as instituições políticas poderão ser modificadas conforme o comportamento cívico das pessoas que a gerenciam e são gerenciadas por elas. Nesse cenário, cidadãos ativos, com altos estoques de capital social podem pressionar as instituições reivindicando a aplicação de políticas públicas mais efetivas. Isto porque, o autor entende que as instituições possuem a função de alcançar propósitos comuns aos cidadãos, não sendo somente para tomar decisões e para articular acordos de diferentes interesses.

Desta mesma forma, Amartya Sen vê a expansão das liberdades, como principal fim e principal meio do desenvolvimento. O autor tem como perspectiva que os indivíduos passam a agir como cidadãos, tornando-se, assim, membros de uma comunidade que privilegia o desenvolvimento como parte fundamental da sua garantia de liberdades. Para Sen, ter mais liberdades “melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo” (2002, p. 33).

Neste caso, sob a perspectiva de Sen (2002), a democracia se mantém como forma de governo para proporcionar as condições de vida necessárias às oportunidades, e então, ao bem-estar social. Isso porque as pessoas, em prol de suas liberdades, podem escolher e participar das decisões que moldam a condição em que vivem. É por meio da democracia que elas poderão optar, por exemplo, por modificações das tradições conservadoras, e, se for necessário, abrir mão destas tradições, bem como a escolha por sair da pobreza.

Entretanto, evidenciando os problemas e as dificuldades dos sistemas democráticos na América Latina, Baquero (2009) apresenta um conceito de democracia que busca dar conta da realidade da região, a democracia inercial. Para o autor, as instituições democráticas estão desacreditadas e a relação com os partidos baseia-se no personalismo, no privatismo e nas relações sociais que atuam à margem dos canais convencionais de mediação política.

Neste mesmo sentido, Baquero (2007) propõe que o empoderamento político pode ocorrer através de fontes institucionais-formais, por exemplo, por meio de partidos, Congresso, judiciário ou por fatores não-institucionais, ou seja, através de um empoderamento informal. Desta forma, é possível criar condições para que os cidadãos tenham oportunidades de demandar uma melhor qualidade de vida e uma cidadania plena, ou seja, tomar iniciativas e posicionar-se. Segundo o autor, constitui-se num primeiro passo para reflexão contínua a respeito da cooperação comunitária para uma intervenção efetiva na realidade.

Para O'Donnell (2013), a democracia é fundamental à construção do ser humano como um *agente*, contribuindo para o desenvolvimento humano e os direitos humanos. Neste sentido, os direitos à participação política, bem como de expressão e associação fazem parte do próprio sistema democrático, se estes estão ausentes, ou em implantação, nos permite pensar no desenvolvimento da qualidade da democracia nestes regimes. O regime democrático no Brasil tem passado por este processo de implantação, e, portanto, o avanço na garantia de direitos não só formais, mas que sejam efetivamente incorporados pelo sistema, possibilita pensar na efetividade de uma democracia que vai além dos procedimentos formais.

Confiança e Qualidade Democrática

Na dimensão da cultura política Almond e Verba (1965) referiram-se à importância da confiança dos cidadãos democráticos com relação aos governos, pois essa atitude contribuiria para a legitimidade e autonomia desses para governar. Portanto, um Estado que não conta com a confiança dos cidadãos não seria legítimo e eficiente. Uma das vertentes provenientes dessa perspectiva para interpretar as atitudes de confiança é com relação aos aspectos institucionais – confiança democrática e confiança institucional (MOISÉS, 2005; NORRIS, 2002, POWER e JAMISON, 2005), um outro grupo diz respeito às relações sociais, ou seja a confiança interpessoal (PUTNAM, 1996; COLEMAN, 1986).

A confiança dos cidadãos na democracia é entendida por Moisés (2010) como sendo fundamental para a existência da Democracia em longo prazo. Ou seja, índices de desconfiança em uma sociedade com relação ao seu sistema de governo indicam problemas que podem comprometer a capacidade do Estado em favorecer os cidadãos.

Putnam (1996) argumenta que a confiança significa uma força da relação da sociedade com as estruturas democráticas, podendo os níveis de confiança serem empiricamente verificados. Com a confiança há um capital de governança dos cidadãos com relação ao Estado, o qual facilita a aceitação das decisões das elites no poder, uma vez que o cidadão não possui incertezas quanto ao que ocorre nas decisões políticas. A confiança se reflete na expectativa do cidadão em relação a resultados do sistema político, e este apoio público é necessário para que o governo seja bem sucedido.

Inglehart e Welzel (2005), em estudo sobre a cultura política das sociedades e seu processo de desenvolvimento econômico, identifica que a confiança está significativamente correlacionada com o nível de PIB *per capita*. Compreende-se que sem desenvolvimento econômico a confiança da população será prejudicada, já que haverá uma pequena perspectiva de melhoria na sua qualidade de vida.

A confiança interpessoal é essencial para construir as associações das quais dependem a democracia e as organizações sociais complexas nas quais se baseiam empreendimentos econômicos de larga escala. (2005, p 100)

Contudo, é preciso salientar que a sociedade em geral pode não ser afetada por modificações referentes ao PIB e que possíveis aumentos podem não ser repassados pelo Estado para a população. Isto tem sido também identificado como agravante da confiança, pois indica para os cidadãos que existe desvio de recursos públicos por políticos corruptos. A corrupção, portanto, também tem se apresentado com diversas frentes de retirada de apoio dos cidadãos com relação a democracia. E pode ser entendida como um ativador da desconfiança sobre a democracia. Gamallo (2007) argumenta que, na cultura política das democracias na América Latina, principalmente na Argentina, o fenômeno da corrupção é verificado pela população como algo generalizado, e não só restrito à comunidade política argentina. O autor argumenta que o desapego a lei é o principal causador dos elevados graus de percepção da população com relação a corrupção. Isto porque,

Las *normas jurídicas* (la ley en sentido amplio) son regularidades de conducta y actitudes de la sociedad que manifiestan adhesión a pautas de comportamiento aceptadas por el hecho de ser reconocidas por los jueces, o de ser prescriptas por aquello que los jueces reconocen como legisladores con autoridad. (GAMALLO, 2007, p. 25)

Os grandes escândalos de corrupção no Brasil tiveram um ápice no ano de 2005, quando ocorreram as denúncias do Mensalão, quando, suspeitas de desvios de compra de votos derrubaram ministros do primeiro mandato do Governo Lula. Segundo Miguel e Coutinho (2007), a cobertura da mídia deu pouco ênfase quanto a soluções como mudanças no sistema representativo, mas, principalmente, por ser um desvio da norma pública, de conduta, enfatizando um ideal de comportamento político. Isso conduz, segundo os autores, a uma concepção de que o sistema está salvo, se não houver políticos.

A partir de pesquisas referentes à desconfiança da população sobre os partidos políticos, Merkel (2012) faz um prognóstico sombrio com relação a existência destes aparatos institucionais no futuro das democracias. Evidencia-se na Europa, segundo o autor, o declínio acentuado do apoio e confiança da população em relação aos grandes partidos políticos, em virtude da acentuada crise econômica. Isso porque a crise tem gerado a fragmentação da arena política do bloco da União Européia, o que tem prejudicado a coesão da sociedade européia. Segundo o autor é possível prever que este fenômeno modificará o sistema de representação política dos partidos por conta de uma participação mais direta da população.

Conforme Easton (1975, apud MOISÉS, 2010), os membros das comunidades políticas aprendem a se identificar com as instituições, na medida em que estas têm o seu significado repassado de uma geração para outra. Dessa forma, as instituições políticas, fazendo sentido aos cidadãos, têm seu significado repassado à geração posterior, agregando sentido aos valores políticos.

Cultura Política no Brasil

Os estudos de cultura política têm origem a partir dos anos 1960, em meio a concepção funcionalista e a revolução behaviorista. Almond e Verba, com o livro *The Civic Culture* (1965), apresenta as principais análises da teoria, com um estudo comparado do comportamento dos cidadãos em cinco países. Com base nos resultados desta pesquisa, os autores apresentam categorias diferentes de culturas políticas (paroquial, subjetiva, participativa, cívica), sendo a mais importante para o desenvolvimento da democracia a cultura cívica, encontrada na pesquisa, segundo os autores, somente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Esta provém da congruência entre atitudes e comportamentos, caracterizando as orientações participativas dos cidadãos.

Isto é, um cidadão que está orientado a participar politicamente, mas que o faz somente em momentos pelo qual é convocado, porque os autores consideram que certa apatia política é necessária para o equilíbrio e estabilidade do sistema. Para eles a questão participativa da cultura cívica tem sua importância em um conjunto de atitudes que permite que haja a consolidação das estruturas de mediação política e não sua constante contestação por parte da população.

Baquero e Prá (2007) argumentam que a cultura integra o indivíduo de duas formas: no plano interno, por meio de suas normas e valores, e em sua perspectiva externa, mediante as atitudes e crenças dos cidadãos. Desta forma, os culturalistas argumentam que se torna muito difícil modificar a cultura política de uma sociedade, pois esta opera, primeiro, no plano interno para depois seguir no plano externo. É importante que haja, então, uma conexão da cultura política do lugar com a sua perspectiva institucional, que não seja por imposição de fórmulas políticas, mas pela construção de aparatos políticos provenientes do cidadão.

Os institucionalistas possuem pressupostos contrários. Eles argumentam que são as instituições que mudam as orientações dos cidadãos e que, portanto, sendo estas democráticas, o cidadão será igualmente democrático (DOWNS, 1999). Schumpeter (1984) argumenta, sob esta segunda perspectiva teórica, ser necessária apenas a existência de uma democracia formal, minimalista, a qual se constitui apenas como um método para tomada de decisões, não levando em conta, portanto, os valores e crenças da população na construção democrática.

Contudo, Easton (1968) sugere que é preciso o apoio e o reconhecimento da população para que a democracia se consolide. Desta forma se torna fundamental que os cidadãos compreendam e entendam a importância de estar em um regime democrático e apoiá-lo como sistema político para que este se aperfeiçoe.

No caso da América Latina, segundo Baquero (2011) este padrão de congruência não se configura, resultando na falta de confiança das pessoas na política. Ou seja, a pouca participação política dos cidadãos retrata uma baixa-identificação dos mesmos com os mecanismos tradicionais de mobilização política, os partidos políticos, o que favorece a apatia política. Isso ocorre, principalmente, devido a alguns dos elementos constitutivos da identidade nacional (encontrada em toda América Latina), tais como o paternalismo, formalismo, personalismo, lealdade, patrimonialismo caracterizarem uma cultura política com traços de autoritarismo.

Um destes elementos – o patrimonialismo – possui sua origem nas análises weberianas, contudo, Faoro () o retrata nas relações sociedade-estado brasileiro, cujo predomínio é característico da formação histórica. Neste sentido, a administração política é levada em conta como se fosse uma grande empresa, na qual o estado gerencia tudo e todos, tal como um tutelador dos interesses sociais. Neste processo, estas ações têm inibido a independência da população na reivindicação de direitos sociais.

Desta forma, a formação histórica das democracias do continente é altamente permeada por um clima de instabilidade institucional e desconfiança dos cidadãos. Para Moisés (2010) o legado dos regimes autoritários deixou a “sociedade civil passiva, enfraquecida, fragmentada e desorganizada durante a transição que se seguiu” (p. 26). O resultado desse cenário produziu dois tipos de participação política que se convencionou denominá-los de participação convencional e não convencional.

Participação Política Convencional e Não-convencional

A participação política é fundamental ao desenvolvimento das democracias, que para serem consideradas como tal devem proporcionar mecanismos formais de ingerência política aos cidadãos. Do ponto de vista formal, Robert Dahl (1989) defende que devem ser adotados procedimentos formais que permitam alcançar a igualdade política. Os partidos políticos seriam os mecanismo mais eficientes para representar os diferentes interesses políticos das minorias. Entretanto, na medida em que alguns regimes latino-americanos têm sido considerados como democracias de caráter institucional representativo, negligenciando os aspectos sociais, estudos têm começado a examinar e avaliar a qualidade dessas democracias (O'DONNELL, 2013; BAQUERO, 2013; DIAMOND e MORLINO, 2004).

Ao longo dos anos, a bibliografia sobre participação política tem se dividido na busca de formas para mensurar as predisposições participativas dos cidadãos. Barnes e Kaase (1979) indicaram que a participação política pode se dar de duas formas, convencional e não-convencional. A primeira, de característica procedimental, compreende o comparecimento às urnas e à comunicação do eleitor com seu representante no parlamento, bem como a filiação partidária. A segunda engloba participações através de passeatas, boicotes, ocupação de instalações físicas e abaixo-assinados, não legitimadas pelo regimento democrático.

According to fundamental democratic principles, democratic societies, at the very least, guarantee individual citizens or social groups the chance to influence decisions by political authorities. To the extent that this principle is realized or believed to be realized, any recourse to collective political violence or the threat thereof is unnecessary. On the other hand, lack of system responsiveness might legitimately, though not necessarily legally, permit resort to various direct action techniques including the use of violence as the final point on a continuum of unconventional political behavior.(BARNE e KAASE, 1979, p. 38) .

A relação a uma participação unicamente institucional, segundo Lazarsfeld (1944) é um processo de formação de votos e de escolhas políticas amplamente influenciados pelo contato pessoal. Cidadãos que pouco se envolvem com a política recebem estímulos e influências de “formadores de opinião”, que por terem maior interesse pela política estão mais informados do que a maioria. Esses, segundo o autor, transpassam confiança nas suas escolhas e, portanto são mais influentes dos que os próprios meios de comunicação.

O estudo de Lazarsfeld, realizado na década de 1940, se refere ao auge da participação política nos Estados Unidos, posteriormente entendida como convencional. No decorrer do século XX, pesquisas (NORRIS, 2002; PUTNAM, 2000; INGLEHART E WEZEL, 2005) verificaram o baixo envolvimento de cidadãos na política convencional, uma das hipóteses levantadas é sobre a crescente deslegitimização dos processos formais no contexto das democracias ocidentais. Considerando que a participação política convencional considera aspectos formais de mobilização de interesses e regulamentações legais dos sistemas políticos para promover a participação dos cidadãos, ao longo dos anos, verifica-se que outros meios não legais, passaram a ser legitimados pela população para tornar público os seus interesses políticos. São modalidades de reivindicações políticas não convencionais que contrapõe os sistemas políticos, agindo na marginalidade dos mecanismos formais.

Pippa Norris (2002) argumenta que o fato da participação política estar em declínio no mundo todo, não deve ser motivo para alarme. A diminuição da participação em vias tradicionais, como partidos políticos e associações cívicas, contudo, tem sido equilibrada pelo aumento da escolaridade e do desenvolvimento humano. Dessa forma a autora atenta para mudanças e reconfigurações na forma de participação, por vias não tradicionais, com o ativismo pela internet, aumento de movimentos sociais e, principalmente, pela onda de mobilizações políticas.

Entretanto, pesquisas de Ronald Inglehart e Wezel (2005) apontam que há mudanças nas sociedades pós-materialistas, pois essas apresentam novas formas de mobilização social, que tendem a envolver os cidadãos na forma de ações coletivas, em detrimento de outros meios institucionalizados. Para os autores, essa ação coletiva comunitária pode ser vista na criação de movimentos sociais e de novas modalidades de protestos que representam uma nova fase na atuação dos cidadãos nas democracias ocidentais. Essas conclusões levam em consideração o aumento da desconfiança dos cidadãos em mecanismos tradicionais verticais de representação, como igrejas e partidos políticos.

É importante ressaltar que alguns dos elementos constituintes da cultura política local, como o paternalismo, formalismo, personalismo, lealdade e patrimonialismo— aspectos que caracterizam uma cultura política de caráter autoritário— têm sido apontados como desmobilizadores da participação política. Neste cenário, a pouca participação dos cidadãos retrata uma baixa identificação destes com os mecanismos tradicionais, os partidos políticos, o que aumenta a sua apatia política (MOISÉS, 2010; BAQUERO, 2011).

III – Análise Empírica

Tendo em vista as discussões teóricas apresentadas acima, busca-se, agora, alcançar os objetivos desta pesquisa, comparando análises referentes a dois momentos da democracia brasileira, uma nos anos de 1990 e, outra, nos anos de 2005. Realizou-se o teste das hipóteses pelo modelo de análise de trajetória, em cada período, e depois uma análise comparativa dos coeficientes verificados.

Modelo com dados de 1990

Com relação aos dados de 1990, observando-se os fatores obtidos na análise de trajetória, verificamos que a confiança das pessoas com relação às instituições democráticas pouco poderia explicar a participação política das mesmas. Isso se verificou uma vez que os coeficientes observados são baixos (.008)¹⁰, não tendo, assim significância probabilística para a análise. No quadro abaixo se pode verificar os coeficientes observados, diretos e indiretos, no modelo.

Quadro 1 – Efeito direto e indireto sobre participação política – 1990

Conceito	Efeito Direto _(erro)		Efeito Indireto _(erro)	Efeito Total
Confiança nas instituições políticas	-.008* _(.177)			-.008
Idade	-.244 _(.171)	Confiança nas instituições políticas	.036* _(.179)	-.280
Escolaridade	.340 _(.166)	Confiança nas instituições políticas	-.129 _(.178)	.211
Renda	.215 _(.173)	Confiança nas instituições políticas	-.115 _(.175)	.100

Fonte: elaborado com base nos dados do Brasil coletados pelo World Value Survey, referente a onda de 1990. N=1782. *Não apresentaram significância estatística.

Com relação à análise das outras variáveis, os coeficientes indiretos evidenciaram que a escolaridade, a idade e a renda das pessoas influência significativamente na confiança que as mesmas depositam nas instituições políticas. Contudo os coeficientes são muito mais fortes na correlação direta destas mesmas variáveis com a participação. Neste caso, percebe-se que a confiança dos cidadãos nas

¹⁰ Coeficientes abaixo de (.040) não podem explicar satisfatoriamente a correlação, pois esta é composta por outros variáveis mais significativas.

instituições políticas interfere negativamente na participação dos mesmos em modalidades fora do sistema democrático. A variável interveniente, confiança nas instituições, assim, exerceu um papel negativo na mobilização dos cidadãos em 1990.

Considerando-se isoladamente a variável escolaridade, percebe-se que ela possui a maior força dentre as outras, (.340) nos efeitos diretos. Isto possibilita ratificar que é a educação que influencia nos valores e na cultura dos cidadãos de uma sociedade. Desta forma, com maior escolaridade eles possuem maior facilidade de entender as relações existentes dentro do sistema político, dissociando as funções de cada esfera, e a partir disso, podem canalizar suas reivindicações em formas que sejam mais efetivas. Seja por meio de boicote ou por manifestações pacíficas, este cidadão possui maior entendimento dos seus direitos e sabe de quem cobrar que cumpra suas atribuições e funções políticas.

O segundo coeficiente que se destaca, é o da idade, neste, contudo, observa-se uma correlação negativa (-.244), contudo o sinal matemático não é válido para estas análises, uma vez que a não podem interferir na direção do desenho das variáveis. Os coeficientes, neste caso, apenas apresentam que possuir diferentes idades interfere na participação política dos cidadãos. Entretanto, quando analisada a influência da idade, perpassando a variável interveniente – confiança nas instituições –, o baixo coeficiente (.036) alerta que, a participação política das pessoas não tem relação com a confiança que estas tem na política.

Contudo, verificando-se os Efeitos Totais referentes à idade, este se destaca como o mais relevante do teste deste modelo. Neste sentido, o contexto de 1990, em que a agenda política se formava recentemente por regras democráticas, infere-se que foi o interesse dos jovens pelas lutas democráticas que alavancaram esta distinção. O que Schmidt já afirma serem os jovens os mais interessados em questões políticas (2011).

Neste caso, os coeficientes verificados com relação à renda, apresentaram a menor diferença entre os diretos (.215) e indiretos (-.215). A renda passa a explicar, assim, mais satisfatoriamente a participação política das pessoas do que as outras variáveis. Verificou-se que a posição econômica influenciou nas questões relativas à confiança das pessoas nas instituições democráticas e também na mobilização política que estas lutavam.

Desta forma, infere-se que as parcelas da população brasileira que já possuíam suas necessidades atendidas, pouco tinham a questionar e provocar, uma vez que a consciência dos direitos já estava garantida. Da mesma forma, entende-se que esta

situação pode ser visualizada de maneira oposta, em que pessoas de situação econômica desfavorável, pouco conhecimento ou condições para desacreditarem ou reivindicarem sua posição frente ao novo sistema político.

Modelo com dados de 2005

A análise dos dados referentes a 2005 apresentam um momento em que a democracia brasileira já contava com 16 anos de história, tempo razoável de aprendizado dos procedimentos políticos e a incorporação de valores democráticos. Neste caso esperava-se encontrar uma correlação maior entre os efeitos diretos da confiança nas instituições públicas com a participação política dos brasileiros, contudo, percebemos que novamente o coeficiente é baixo (.003), ainda mais baixo do que no modelo de 1990 (.008).

Isto sugere que mesmo com um tempo razoável de vivência democrática, as pessoas não utilizam a participação política não convencional como ferramenta de pressão nos gestores públicos ao mesmo tempo em que não confiam nas instituições políticas. Sua participação é insignificante probabilisticamente frente à mesma confiança que elas têm sobre as instituições democráticas. Embora, estes resultados ainda não confirmem a hipótese inicial, eles vêm ao encontro da teoria apresentada por Moisés (2010), em que apresenta uma cultura política brasileira desconfiada de suas instituições e embora apóiem o regime democrático, não acreditam nele.

Contudo, a hipótese secundária foi confirmada, uma vez que encontramos uma correlação maior entre a Escolaridade e a Participação política dos brasileiros (Efeito total de .280). Novamente, neste caso, a escolaridade mantém os maiores coeficientes de valor direto (.354) sobre a participação política. Mesmo 16 anos depois, a participação política é condicionada por estes elementos sociais, a correlação, contudo ficou um pouco mais forte do que nos anos de 1990 (.340). O que permite dizer que a escolaridade das pessoas passa a ser mais significativa na avaliação que estas têm a respeito da democracia e de seus procedimentos.

Quadro 2 – Efeito direto e indireto sobre participação política – 2005

Conceito	Efeito Direto _(erro)		Efeito Indireto _(erro)	Efeito Total
Confiança nas instituições políticas	-.003* _(.269)			-.003
Idade	-.090 _(.267)	Confiança nas instituições políticas	.018* _(.215)	-.072
Escolaridade	.354 _(.251)	Confiança nas instituições políticas	-.074 _(.215)	.280
Renda	.076 _(.267)	Confiança nas instituições políticas	.041* _(.215)	.117

Fonte: elaborado com base nos dados do Brasil coletados pelo World Value Survey, referente a onda de 2005. N= 1500. *Não apresentaram significância estatística.

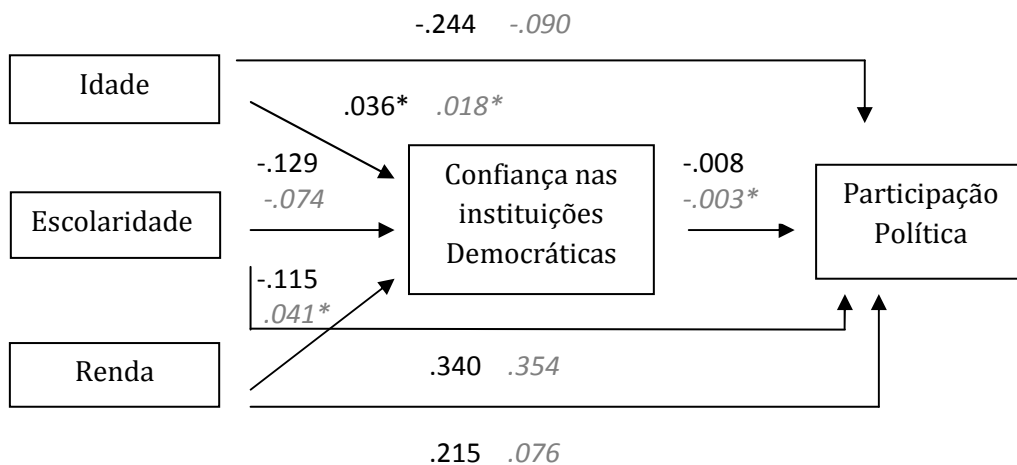
Já com relação à idade, percebemos que o coeficiente de correlação (-.090) do efeito direto é bem menor do que comparando-se a 1990 (-.244). Neste caso, a idade em que se encontra torna-se indiferente para explicar a participação política dos cidadãos. Ou seja, neste caso, pode-se inferir que a participação deixa de ser um fenômeno restrito aos jovens. Entende-se assim, que os jovens brasileiros, que não viveram no período da ditadura militar estariam menos ativos. Isto porque as análises de correlação nos permitem verificar que a idade dos entrevistados, neste caso, pouco tem a ver com a participação dos mesmos na política não-convencional.

Já com relação à variável renda, percebe-se que há uma correlação positiva, em ambos os efeitos (diretos e indiretos). Contudo, os coeficientes são baixos e pouco explicam a influência da posição econômica para a mobilização política. Desta forma, entende-se que a democracia proporcionou que parcelas da população outrora distantes do movimento político, ou da mesma forma engajadas no efervescente princípio da Democracia passam a adotar comportamentos de semelhantes, neste caso, de passividade, visto que a participação política não convencional diminuiu ao longo destes 16 anos.

Comparando os dois modelos

Em 1990, as incertezas a respeito de um novo sistema político, tanto quanto valores arraigados ao sistema autoritário, ainda recente, corroboraram para que os dados verificados estivessem distantes dos padrões verificados no ano de 2005. Neste sentido, observar os fatores dos dois modelos de forma comparativa nos possibilita perceber o quanto a democracia evolui no cenário brasileiro.

Gráfico 4 – Modelos de trajetória comparados 1990 – 2005 (em destaque)



Fonte: Elaboração própria. *Não apresentaram significância estatística.

Comparando-se os efeitos diretos das variáveis, Idade, Escolaridade, Renda e Confiança nas instituições democráticas, entre os dois anos, verifica-se que duas variáveis os efeitos diretos modificaram-se substancialmente. Com relação à idade, percebe-se que os coeficientes mostram uma correlação menor com o tempo de aprendizado democrático. Atualmente, a participação política não se restringe mais a uma faixa etária. Da mesma forma com relação à renda, observa-se que a diferença entre os coeficientes revela que atualmente a interferência da condição econômica na forma em que se atua em mobilizações é menor do que em 1990.

Verificou-se que a participação política em 2005 já havia sido praticada por 28,5% da população, que participaram de duas ou mais modalidades incluídas na no índice de participação política, contudo em 1990, 13,6% dos cidadãos participaram. Embora tenha se verificado um crescimento da mobilização na sociedade brasileira este movimento não se assemelha com o que foi registrado nos anos de 1990.

Comparando-se, agora, os efeitos indiretos, das variáveis, Idade, Escolaridade e Renda, que perpassam, pela variável interveniente, Confiança nas instituições democráticas, sobre a participação política, percebe-se que nos três casos, os coeficientes diminuem. Desta forma, entende-se que a influencia destes sofre uma redução quando entendidos que a confiança nas instituições venha orientar o comportamento político participativo. Nos cruzamentos realizados levando-se em conta a porcentagem dos que confiam na democracia, sobre a participação dos mesmos, verifica-se que entre aqueles que poderiam participar, em 2005 diminui

significativamente entre os que confiam nas instituições, comparando-se com o ano de 1990. Em 2005, as pessoas que confiam nas instituições participaram menos e tem menor pretensão de participar de mobilizações políticas.

Tabela 1 – Participação política e Confiança na Democracia – 1990* e 2005*

	1990				2005			
	Não participa	Poderia Participar	Já Participou	Total	Não participa	Poderia Participar	Já Participou	Total
Não Confia	54	32	14	100	52	36	13	100
Confia em parte	40	44	16	100	45	39	15	100
Confia	42	44	14	100	60	28	11	100

Fonte: elaborado com base nos dados do Brasil coletados pelo World Value Survey, referente à onda de 1990 (N=1782) e à onda de 2005 (N=1500).

$$*\chi^2 \leq 0,001$$

Desta forma podemos perceber que a confiança o amadurecimento dos valores democráticos no Brasil proporcionaram que a desconfiança gerasse uma correlação negativa com a participação política, o que, portanto, nega a hipótese principal de trabalho.

Estes dados revelaram um acomodamento dos cidadãos no sentido de exercerem pressão sobre as instituições políticas, aceitando somente os processos formais de reivindicação. Neste caso, os valores referentes a uma comunidade cívica se perdem, e há o predomínio do individualismo (SCHMIDT, 2011).

A comparação entre os efeitos totais do período analisado evidencia, contudo, que apenas a Idade teve mudança significativa no modelo entre os dois anos. Neste caso, em 2005, ela reduz a influência sobre a participação política não convencional. Por outro lado, a escolaridade aumenta a interferência, na qual, passa a explicar mais as mobilizações medidas em 2005. Contudo, a renda e a confiança nas instituições políticas pouco mudaram entre os coeficientes verificados. Neste caso a participação política é principalmente explicada pela escolaridade.

Tabela 2 – Efeitos Totais – 1990 e 2005

Conceito	Efeito Total – 1990	Efeito Total - 2005
Confiança nas instituições políticas	-.008	-.003
Idade	-.280	-.072
Escolaridade	.211	.280
Renda	.100	.117

Fonte: elaborado com base nos dados do Brasil coletados pelo World Value Survey, referente à onda de 1990 (N=1782) e à onda de 2005 (N=1500).

Desta forma a escolarização dos cidadãos é um fator fundamental para a qualidade da democracia brasileira, ampliando a confiança e a participação dos cidadãos de forma eficiente.

IV – Conclusões

O retorno das eleições diretas em 1989 inicia uma nova fase democrática no Brasil, até 2005 se passaram 16 anos para proporcionar a consolidação do sistema. Neste caso, a experiência democrática ainda é pequena, se comparada com as tradicionais democracias européias.

Neste trabalho se buscou avaliar se a confiança que a população deposita nas instituições políticas democráticas influencia sobre a participação política que os mesmos cidadãos se envolvem. Neste sentido, levou-se em conta variáveis sociais que pudessem contribuir e explicar esta influência. Para isso optou-se pela análise de trajetória que possibilita a verificação de correlação entre diversas trajetórias.

Os dados verificados ao longo da pesquisa indicaram que a hipótese foi anulada. Isto porque se previa que haveria uma correlação positiva entre a crença dos cidadãos nas instituições e as formas de participação política não convencional. Desta forma as práticas democráticas ao longo dos anos provaram estar reduzidas a procedimentos formais, os quais não mobilizam o desenvolvimento de valores que buscam uma democracia substantiva, capaz de efetivar os direitos humanos e sociais. Isto porque se entende que democracias fortalecidas possuem instituições que sejam confiáveis aos cidadãos, e, sendo assim, os mesmos têm liberdade de pressionar e reivindicar políticas públicas que visem à melhoria da sociedade como um todo.

Contudo, dentro do contexto da cultura política brasileira dos quais fazem parte uma permanência de elementos históricos, a confiança dos cidadãos não explica esta mobilização política em prol de melhorias substantivas. Neste sentido, valores referentes à confiança dos cidadãos na democracia e a participação dos mesmos por esferas não institucionalizadas não são capazes de propagar uma articulação social e permitir que valores referentes a crença dos cidadãos no próprio regime político.

Para alcançar estes resultados observou-se que no ano de 1990, a população brasileira possuía a participação política direcionada fortemente por fatores referentes à renda, idade e escolaridade, contudo, estas variáveis, ao se avaliar conjuntamente com a confiança nas instituições não podem ser satisfatoriamente explicadas.

De forma mais agravante, se verificou nos resultados obtidos em 2005, que mesmo com uma maior participação política, a incidência de confiança sobre a motivação das pessoas em se mobilizarem diminuiu.

Com relação, contudo, a hipótese testada secundariamente, se verificou que a escolaridade, contudo é o meio mais eficiente sobre a participação política dos cidadãos, e que mesmo, avaliando-se também a interação da confiança nas instituições políticas, é possível se verificar um quadro mais satisfatório. O que demonstrou que a democracia precisa ser repassada como valor de geração em geração para que esta se aperfeiçoe e construa qualitativamente um sistema político que atenda as necessidades de seus membros.

Neste caso, o empoderamento das pessoas torna-se fundamental para que estas manifestem suas preferências e reivindicações, uma vez que as estas pressões melhorem o funcionamento das instituições, os cidadãos poderão confiar que estas instituições são fundamentais para o desenvolvimento do regime. Neste caso, as instituições democráticas consolidadas estruturalmente há uma legitimidade política do regime para a população.

Entretanto, Inglehart e Welzel (2005) argumentam que o aumento gradual do tipo não-convencional de participação política acaba por lhe conferir um caráter convencional. Em todo mundo os índices de participação política burocratizada, que é conduzida pelas elites políticas, está em queda, dando espaço para o aumento das participações que são motivadas por estarem em oposição à elite, de caráter não-convencional.

Desta forma, sugere-se que o modelo verificado neste trabalho possa ser aplicado de forma a verificar a trajetória das variáveis com relação a dados referentes à participação política convencional.

V – Referências

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown, 1965.
- BABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BAQUERO, M. *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BAQUERO, M. *Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Os limites da democracia: quando a política (des)educa e a educação (des)politiza. *Educação Unisinos*, v. 13, p. 255-263, 2009.
- BAQUERO, M.; PRÁ, J. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- BAQUERO, R. Empoderamento: instrumento de emancipação social? -Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.6, n.1, p.173-187, jan.-abr. 2012.
- BARNES, S.; KAASE, M. *Political Action: mass participation in five western democracies*. Beverly Hills: Sage Publications, 1979.
- BRYMAN, A.; CRAMER, D. *Quantitative Data Analysis with SPSS Release 12 and 13: A Guide for Social Scientists*. Routledge, 2005.
- CREMONESE, D. A participação como pressuposto da Democracia. In: PASE, H.; BAQUERO, M. *Estado, democracia, e hidroeletricidade no Brasil*. Pelotas: Editora Universitária UFPEL, 2012.
- DAHL, R. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- EASTON, D. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FUKUYAMA, Francis. *Confiança: valores sociais e criação de prosperidade*. Lisboa: Gradativa, 1996.
- GAMALLO, G. *Resetear a sociedad*. Ideas de los jovenes sobre la corrupción. Buenos Aires: Embajada Britânica, PNUD, 2007.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *Democracia e conselhos de controle de políticas públicas. Uma análise comparativa*. 2000. 327f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. 2000.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. 2. ed. Madrid: Catedra, 1994.

HUNTINGTON, S. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, R. WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Editora Francis, 2005.

LLERAS, C. Path Analysis. *Encyclopedia of Social Measurement*, v. 3, p. 25-30, 2005. Disponível em: <http://www.hcd.illinois.edu/people/faculty/laderas_christy/publications/Path_Analysis.pdf>. Acesso em: 04/07/2013.

MERKEL, W. *Is there a crisis of democracy in Europe? How do the economic crisis and other social trends impact on the "European Model of Democracy*. Encontro da ABCP, 8, Gramado, 01/08/2012.

MIGUEL, L. COUTINHO, A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. *Opinião Publica*, Campinas, v.13, n.1, jun. 2007.

MILBRATH, L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.

MOISÉS, J. *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Ed.USP, 2010.

MOUFFE, C; LACLAU, E. *Hegemony and socialist strategy: toward a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

O'DONNELL, G. Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.13-14, jan.-abr. 2013.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

HIRST, P. *A Democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1992.

PUTNAM, R. *I: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SCHMIDT, J. Comunidade e comunitarismo: considerações sobre a inovação da ordem sociopolítica. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 3, p. 300-313, set./dez. 2011.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

VI – Anexo

1) Análise fatorial dos dados de 1990:

- Participação política não convencional

Communalities		
	Initial	Extraction
Political action: joining in boycotts	1,000	,497
Political action: attending lawful/peaceful demonstrations	1,000	,696
Political action: joining unofficial strikes	1,000	,632

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix ^a	
	Component
	1
Political action: joining in boycotts	,705
Political action: attending lawful/peaceful demonstrations	,834
Political action: joining unofficial strikes	,795

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

- Confiança nas Instituições

Communalities		
	Initial	Extraction
Confidence: Churches	1,000	,403
Confidence: Armed Forces	1,000	,345

Confidence: Education System	1,000	,495
Confidence: Justice System	1,000	,578
Confidence: The Press	1,000	,323
Confidence: Labour Unions	1,000	,463
Confidence: The Police	1,000	,513
Confidence: Parliament	1,000	,473
Confidence: The Civil Services	1,000	,449
Confidence: Major Companies	1,000	,480
Confidence: Social Security System	1,000	,446
Confidence: Television	1,000	,434

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix^a

	Component	
	1	2
Confidence: Churches	,604	
Confidence: Education System	,724	
Confidence: Justice System	,748	
Confidence: Labour Unions		,648
Confidence: The Police	,568	
Confidence: Parliament	,474	,520
Confidence: The Civil Services		,616
Confidence: Major Companies		,654
Confidence: Social Security System	,593	
Confidence: Television		,683

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 3 iterations.

2) - Análise fatorial dos dados de 2005

- Participação política não convencional

Communalities

	Initial	Extraction
Political action: signing a petition	1,000	,509
Political action: joining in boycotts	1,000	,531
Political action: attending lawful/peaceful demonstrations	1,000	,648

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Component Matrix^a

	Component
	1
Political action: signing a petition	,722
Political action: joining in boycotts	,742
Political action: Attending peaceful demonstrations	,806

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 1 components extracted.

- Confiança nas Instituições

Communalities

	Initial	Extraction
Confidence: Churches	1,000	,406
Confidence: Armed Forces	1,000	,503
Confidence: The Press	1,000	,778
Confidence: Television	1,000	,735
Confidence: The Police	1,000	,547
Confidence: Justice System	1,000	,570
Confidence: The Government	1,000	,631

Confidence: The Political Parties	1,000	,684
Confidence: Parliament	1,000	,714
Confidence: The Civil Services	1,000	,458
Confidence: Major Companies	1,000	,486
Confidence: The Environmental Protection Movement	1,000	,642
Confidence: The Women's Movement	1,000	,656
Confidence: Charitable or humanitarian organizations	1,000	,574
Confidence: The Mercosur	1,000	,643
Confidence: The United Nations	1,000	,562

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrixa

	Component			
	1	2	3	4
Confidence: Churches				,599
Confidence: Armed Forces				,551
Confidence: The Press			,823	
Confidence: Television			,810	
Confidence: The Police		,480		,516
Confidence: Justice System		,576		
Confidence: The Government		,686		
Confidence: The Political Parties		,789		
Confidence: Parliament		,813		
Confidence: The Civil Services		,509		
Confidence: Major Companies	,558			

Confidence: The Environmental Protection Movement	,721			
Confidence: The Women's Movement	,768			
Confidence: Charitable or humanitarian organizations	,711			
Confidence: The Mercosur	,641			
Confidence: The United Nations	,584			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 7 iterations.